

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.869 - SP
(2019/0328410-9)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : CASTILHO CARACIK ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : THEREZA CHRISTINA C DE CASTILHO CARACIK -
SP052126
EMBARGADO : EDIFÍCIO "ALPHA ENTERPRISE"
OUTRO NOME : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ALPHA ENTERPRISE
ADVOGADOS : LUIZ RAFAEL NÉRY PIEDADE - SP207184
EVA APARECIDA CARVALHO PETRELLA - SP221612

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CASTILHO CARACIK ADVOGADOS ASSOCIADOS, à decisão de fls. 801/802, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que;

De fato, a decisão que inadmitiu o recurso especial foi publicada em 03/07/2019, sendo o agravo somente interposto em 29/07/2019. No entanto, ignorou o Il. Julgador a suspensão dos prazos dos dias 08 a 12 de julho, assim disposto no PROVIMENTO CSM Nº 2.492/2018, bem como suspensão de prazos determinada pelo Tribunal de Justiça nos dias 10 a 12 de julho de 2019, cuja disposição restou expressa no recurso interposto no tópico “TEMPESTIVIDADE”, e cuja comprovação da suspensão foi anexada ao recurso às fls. 591/594 [...] (fl. 806).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Quanto à tempestividade do recurso, impende esclarecer que o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada sob a égide do novo *codex* Processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n.º 3 do STJ, "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Veja-se que houve a disponibilização da decisão de admissibilidade do recurso especial em 2/7/2019, considerando-se publicada em 3/7/2019 (fl. 540). Excluindo-se o dia 3/7/2019 (primeiro dia), inicia-se a contagem no dia 4/7/2019, até o dia 5/7/2019. Exclui-se da contagem os dias 8/7/2019 e 9/7/2019, uma vez que devidamente comprovada a suspensão de expediente (fl. 591). Após, a contagem é reiniciada no dia 10/7/2019, finalizando o prazo no dia 26/7/2019.

Dessa forma, o prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, nos termos art. 994, VIII, c/c os arts. 1.003, § 5º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil, terminou no dia 26/7/2019, sendo que o agravo em recurso especial foi interposto somente em 29/7/2019, fora do prazo.

Não se desconhece das alegações da parte, bem como dos documentos carreados aos autos, que comprovam a suspensão do expediente forense e a decretação de feriado local em determinados dias, durante a contagem do prazo recursal.

Porém, é necessário esclarecer que o feriado local e a indisponibilidade da comunicação eletrônica estão sujeitos a disciplinas jurídicas diferentes com, por conseguinte, consequências jurídicas diversas.

É certo que, com a novel legislação processual, nos termos do art. 219, "Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis".

Por sua vez, nos termos do art. 216 do CPC, "Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense".

Conclui-se, portanto, que para fins de contagem dos prazos processuais (art. 220 c/c art. 216 do CPC), somente serão considerados os dias da semana (de segunda a sexta-feira), desde que não sejam feriados e desde que tenha havido expediente forense.

Assim, de outra forma, se durante a semana houver algum dia que seja feriado ou que não tenha havido expediente forense, ele se torna um dia "não-útil", para fins de contagem de prazo processual, sendo excluído da respectiva contagem, se devidamente comprovado.

Foi o que aconteceu nos autos com o dia 8/7/2019 e o dia 9/7/2019 em que não houve expediente forense (fl. 591, Provimento CSM N° 2.491/2018).

Por outro lado, a indisponibilidade da comunicação eletrônica não torna esse dia "não-útil", ou seja, a disciplina desse fato processual não está regulada no art. 216 do CPC, mas sim, no art. 224, § 1º, do mesmo diploma processual, o qual sustenta que se "houver indisponibilidade da comunicação eletrônica" os "dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte".

É o que aconteceu nos autos no que concerne aos dias 10/7/2019, 11/7/2019 e 12/7/2019 (fls. 592/594), em que houve indisponibilidade do sistema de peticionamento eletrônico.

A consequência jurídica da indisponibilidade da comunicação eletrônica está prevista no art. 224, § 1º, do CPC, que é a prorrogação do dia do começo ou do dia do final do prazo. No caso dos autos, o prazo começou no dia 3/7/2019 e terminou no dia 26/7/2019, ou seja, não coincide com qualquer uma das datas acima mencionadas. Se a indisponibilidade da comunicação eletrônica ocorrer durante o transcurso do prazo recursal, trata-se de dia útil, que se soma à contagem do prazo processual, não havendo exclusão dos referidos dias.

Nesse sentido, o AgInt no REsp 1664678/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 27/10/2017.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente